

O País e as suas agriculturas

A proposta de reforma intercalar da Política Agrícola Comum (PAC), as posições do governo português face a essa proposta e ao alargamento a leste da União Europeia (UE) estão na base do actual debate sobre a PAC em Portugal. Alguns fazedores de opinião proclamam que a PAC deve acabar, que só serve para alimentar preguiçosos, que as casas do campesinato são feias e que o seu desaparecimento só pode ser benéfico. Esses cometem o erro de alguns teólogos do século XVI que achavam que os problemas da física se resolviam com citações da Bíblia. Os tempos em Portugal parece estarem propícios ao cultivo de moralismos duvidosos, em que as rimas mascaram a falta de fundamento e a perversidade dos preconceitos proclamados.

É certo que a agricultura gera cada vez menos riqueza e menos emprego. Todavia, continua a ocupar muito território (em 1999, ocupava 42% do território português, 73% do território do continente se juntarmos a floresta), tendo por isso impactos enormes sobre esse território. Dos impactos positivos fazem parte o suporte das nossas paisagens agrícolas centenárias e dos nossos hábitos alimentares (o que também interessa ao turismo), os quais, muito provavelmente, constituem o factor de identidade mais forte e bem preservado no país. Estou-me a referir ao caldo verde, aos rojões à moda do Minho, à feijoada à transmontana, à posta Mirandesa, às alheiras de Mirandela, ao leitão à Bairrada, à carne de porco à Alentejana, aos enchidos de Barrancos, à pêra Rocha, às maçãs Bravo de Esmolfe, às amêndoas e figos do Douro e do Algarve, aos ananases dos Açores, às bananas da Madeira, aos azeites, aos queijos e aos vinhos das diversas regiões do território, etc., etc., etc.

A evolução do sector agrícola português foi dramática na última década. Em 1999 existiam em Portugal 415969 explorações agrícolas (-30,5% do que em 1989) e

3863116 ha de superfície agrícola útil (-3,6 % do que em 1989). Todavia, em certas regiões a evolução foi muito mais dramática como, por exemplo, no Entre Douro e Minho. O sector agrícola português tem sido altamente penalizado pela PAC. Os agricultores portugueses recebem em média da PAC cinco vezes menos que os seus congéneres europeus, apesar de auferirem em média um terço do rendimento destes últimos, o que os penaliza fortemente (sendo que certos agricultores portugueses têm sido muito mais penalizados do que outros). Em Portugal, 4% dos agricultores recebem quase dois terços das ajudas que chegam ao país por via da actual PAC.

O orçamento da UE é actualmente de 95 mil milhões de euros. As despesas da PAC representam 42% deste orçamento (40 mil milhões de euros). Note-se, todavia, que a PAC é das poucas políticas comuns da UE, sendo financiada pelo FEOGA. Desde a reforma da Agenda 2000 a PAC tem dois pilares. O primeiro dá suporte ao rendimento agrícola e beneficia grosso modo as produções típicas do Centro e Norte da Europa - leite, carne de bovino e cereais. Representa 84% do FEOGA, sendo responsável pelas “vacas loucas”, pelo “girassídio” e por todas as distorções da actual PAC. O segundo pilar da PAC dá suporte às outras funções a desempenhar pelas agriculturas europeias. Suporta a produção de produtos de qualidade (por exemplo, produtos da agricultura biológica) de produtos tradicionais e ou com denominação de origem, etc. O segundo pilar representa apenas 16% do FEOGA e contém, por exemplo, as medidas agroambientais, as indemnizações compensatórias de apoio às zonas desfavorecidas e o programa LEADER+ da actual PAC.

A proposta de reforma intercalar da PAC surge por pressões orçamentais do alargamento a leste e por pressões decorrentes das negociações na Organização Mundial de Comércio. Muito mais grave do que gastar dinheiro com a PAC (o peso do FEOGA no orçamento da UE tem vindo progressivamente a reduzir-se) é gastá-lo

tão mal. Isto é, sem servir nenhum objectivo que se possa designar de “interesse público europeu”.

Leonardo Costa

Economista e
Professor da Faculdade de Economia e Gestão da
Universidade Católica Portuguesa